



AVELHEDA, Anna Carolina da Costa. **Estratégias de relativização na escrita culta padrão.** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.* Volume 16, Dezembro 2014. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

<https://doi.org/10.35520/diadorim.2014.v16n0a4027>

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NA ESCRITA CULTA PADRÃO

Anna Carolina da Costa Avelheda¹

RESUMO

As orações relativas caracterizam-se como orações subordinadas principiadas por elementos tradicionalmente designados *pronomes relativos*, os quais desempenham função tríplice: ligam duas orações distintas, estabelecendo uma relação de modificação, substituem um termo que se repete em ambas as orações e exercem função sintática na oração em que se inserem. Os estudos sintáticos mais recentes, no entanto, atestam uma perda da distinção de casos, de forma que também os pronomes tendem a seguir cada vez mais na direção do acusativo, que atuou como base para a formação do léxico português: assim, justifica-se o *ele* acusativo, originalmente nominativo – como em *Eu encontrei ele*; e o *lhe* acusativo, originalmente dativo – como em *Eu lhe amo tanto*. No que respeita aos pronomes relativos, observa-se (i) a generalização do relativo *que*, que passa a ser compreendido como o *relativo universal*; (ii) a expansão de uso do relativo *onde*, que passa a ser utilizado sem estar relacionado a um antecedente de caráter [locativo]; (iii) o quase desaparecimento de *cujo*; e (iv) o constante apagamento de preposições regidas pelos verbos das orações subordinadas. Pretende-se observar, com base nos pressupostos teóricos da sociolinguística variacionista de orientação laboviana (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968), a distribuição das variantes de relativização, com vistas à caracterização de sua atuação na norma culta escrita, a partir da coleta de dados em jornais e revistas, abrangendo notícias, editoriais, artigos de divulgação científica e artigos científicos de áreas distintas.

PALAVRAS-CHAVE: Variação; orações relativas; gramaticalização; sociolinguística.

ABSTRACT

The relative clauses are characterized as subordinate clauses initiated by elements traditionally called relative pronouns, which play triple function: they link two distinct clauses, establishing a modification relationship; replace a term that is repeated in both clauses; and perform syntactic function in the

1. A Pesquisadora é Professora Substituta do Departamento de Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também obteve o título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

clause in which they operate. The most recent syntactic studies, however, attest to a loss of distinction of grammatical cases, in a way that pronouns also tend to move increasingly towards the accusative case, which has served as basis for the formation of the Portuguese lexicon: thus, the accusative case is justified, which was originally nominative – as in *I found he* (*Eu encontrei ele*); and the accusative *him* (*lhe*), originally dative – as in *I love him so much* (*Eu lhe amo tanto*). With regard to relative pronouns, we observe (i) the generalization of the relative *that* (*que*), which starts to be understood as the universal relative; (ii) the expansion of the use of the relative *where* (*onde*), which starts to be used without being related to an antecedent with a [locative] character; (iii) the almost complete disappearance of *whose* (*cujo*); and (iv) the constant deletion of prepositions governed by subordinate clause verbs. The objective is to describe, based on the theoretical assumptions of the labovian variationist sociolinguistics (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968), the distribution of variables of relativization, in order to characterize its performance in the written standard norms, beginning with the collection of data in newspapers and magazines, involving news, editorials, and popular science and scientific articles from different areas.

KEYWORDS: Variation; relative clauses; grammaticalization; sociolinguistics.

Introdução

Sonhamos paisagens, compramos passagens

Que nunca voamos pra lá.

(Jorge Vercillo. *Melhor lugar*)

O presente trabalho pretende empreender uma análise da utilização das estratégias de relativização na norma culta escrita do português brasileiro. Considerada por Peres & Mória (1995) como uma das “áreas críticas” da Língua Portuguesa, sabe-se que se trata de um fenômeno morfossintático bastante presente na oralidade, mas seu estudo no que tange à modalidade escrita já indica que, apesar de constituir uma força centrípeta que inibe inovações, há portas de acesso do processo ao registro escrito.

Caracterizadas como orações subordinadas, as orações relativas são principiadas por elementos tradicionalmente designados *pronomes relativos*, os quais desempenham função tríplice: ligam duas orações distintas, estabelecendo uma relação de modificação, substituem um termo que se repete em ambas as orações e exercem função sintática na oração em que se inserem. Entretanto, tem-se verificado, ultimamente, uma perda da distinção de casos, de forma que também os pronomes tendem a seguir cada vez mais na direção do acusativo, que atuou como base para a formação do léxico português: assim, justificam-se, por exemplo, o *ele* acusativo, originalmente nominativo – como em *Eu encontrei ele*; e o *lhe* acusativo, originalmente dativo – como em *Eu lhe amo tanto*.

O mesmo tem ocorrido no que respeita aos pronomes relativos, o que se evidencia (i) pela generalização do relativo *que*, que passa a ser compreendido como o *relativo universal*; (ii) pela expansão de uso do relativo *onde*, que passa a ser utilizado sem estar relacionado a um antecedente de caráter [locativo]; (iii) pelo quase desaparecimento de *cujo*; e (iv) pelo constante apagamento de preposições regidas pelos verbos das orações subordinadas. A esse respeito, fala-se da ocorrência do processo de gramaticalização, pelo qual itens e construções lexicais tornam-se gramaticais, ou itens e construções já gramaticais tornam-se ainda mais gramaticais. No caso dos pronomes relativos, a gramaticalização ocorre devido ao fato de perderem duas das funções a que originalmente se destinam: deixam de ser eficientes na substituição de um termo repetido e de exercer função sintática na oração em que se inserem, passando apenas a conectar duas orações distintas.

Interessa observar, portanto, a distribuição das variantes de relativização, com vistas à caracterização de sua atuação na norma culta escrita. Para tanto, procedeu-se à coleta de dados em jornais e revistas, abarcando notícias, editoriais, artigos de divulgação científica e artigos científicos de áreas distintas. O trabalho aqui apresentado divide-se em cinco seções: na primeira, apresenta-se um breve panorama da constituição e caracterização da norma culta brasileira, levando-se em consideração os *continua* que auxiliam a organizá-la e seus aspectos particulares; na segunda, realiza-se a revisão bibliográfica de trabalhos já desenvolvidos em torno das orações relativas; na terceira, apresentam-se os pressupostos teóricos da sociolinguística variacionista de orientação laboviana, que nortearão o desenvolvimento do estudo, assim como os aspectos metodológicos que irão regulá-lo; na quarta, apresentam-se os resultados encontrados; e, na quinta, apresentam-se, de forma bastante sucinta, as conclusões a que foi possível chegar por meio da análise aqui desenvolvida.

A Norma Culta escrita no Português do Brasil

A norma culta brasileira constituiu-se de forma bastante diversa daquela por que se deu a fixação da norma culta europeia. Enquanto o padrão idealizado de Portugal pautou-se em uma profunda transformação atestada na norma culta de uso, o do Brasil corresponde à imitação da norma culta lusitana.

O Romantismo, que marca a fase em que a literatura se torna popular, foi o responsável pela consolidação dessas mudanças na norma culta escrita europeia, visando a acolher os fatos nacionais e a “alcançar um público maior e menos afeito às formas clássicas de expressão” (PAGOTTO: 1998, p. 53). Quando transposta para o Brasil, entretanto, essa manifestação literária não assumiu o mesmo projeto político, uma vez que a literatura aqui produzida estava em uma fase incipiente, em que se dava a mera

reprodução do que se produzia no centro cultural que a Europa representava, e era atividade ainda restrita à nobreza, já acostumada às formas clássicas de expressão. Por essas características, enquanto a língua falada seguia um rumo que revelava uma intensa diferenciação de Portugal, a norma escrita seguia rumo diametralmente oposto, “em busca de uma identificação com o padrão lusitano que se tinha firmado com o romantismo” (FARACO: 2008, p. 110).

Pagotto (1998, p. 51-53), com vistas a corroborar a hipótese de que foi no século XIX que se consolidaram as grandes mudanças na sintaxe do português do Brasil, apropria-se da Constituição do Império, de 1824, e da primeira Constituição da República, de 1892. Em sua análise, atesta que o primeiro texto constitucional fora escrito no que se convencionou chamar de português clássico, o mesmo que aqui chegara com os colonizadores e fora reforçado com a vinda da Família Real; o segundo texto constitucional, por sua vez, fora redigido no que se reconhece como a atual norma culta escrita do português brasileiro, espelhada no português europeu moderno.

Observa-se, portanto, que a norma culta brasileira se baseia em um padrão culto que nunca foi aqui utilizado. Devido a esse fato, criou-se um fosso profundo entre a norma culta de uso e a norma-padrão idealizada, implantando-se no Brasil uma situação de diglossia, conforme argumenta Kato (1993, p. 20 *apud* SILVA: 2004, p. 131), “entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão que ele deve adquirir”, entre a norma utilizada pelos falantes, mesmo os letrados, e o que se codificou como modelar para a escrita.

Apesar de se tratar de um consenso nos estudos linguísticos, a observação de fenômenos variáveis permite atestar, conforme afirma Kato (2005, p. 136), que “a gramática do letrado brasileiro não corresponde nem a uma gramática de um falante letrado do passado e nem à de um letrado português”. Apropriando-se das noções de Língua-E e Língua-I, conceitos apresentados por Chomsky (1981; 1986), Kato (2005) procura observar a estrutura da gramática do letrado, ou seja, a organização interna dos fatores gramaticais que são aprendidos via escolarização, via aprendizagem formal. Com base nessa proposta, estabelece-se a existência de uma gramática nuclear, elaborada pela aquisição da linguagem e consequente fixação de parâmetros da língua a que o indivíduo está exposto, e de uma gramática periférica, elaborada pela exposição a textos de variados tipos – contos de fadas, rainhas e reis, fábulas, Bíblia.

O indivíduo chegaria à escola, portanto, portando tanto uma gramática nuclear, que contém os principais traços linguísticos a que foi exposto durante o período de aquisição, quanto uma periferia marcada, que contém “fenômenos de empréstimos, resíduos de mudança, invenções, de forma que indivíduos da mesma comunidade podem ou não apresentar esses fenômenos de forma marginal” (KATO: 2005, p. 133). A essa periferia marcada seria somada, ainda, a aprendizagem de uma “segunda gramática”, a partir do *input* escolar, que introduz estruturas que podem aparecer e efetivamente aparecem, mas não foram internalizadas na fase de aquisição da linguagem e, por isso, não soam tão

naturais. Instaura-se, assim como no que diz respeito ao fosso existente entre a norma culta de uso e a norma-padrão idealizada, uma situação de diglossia, em que há coexistência dessas duas normas. Entre elas, o falante elege uma para se manifestar em contextos de maior monitoramento e outra restringe-se a situações menos monitoradas, mais naturais.

A *pari passu* das duas situações de diglossia já apresentadas, observa-se outra, detectada no que diz respeito à distribuição dos falares pelas diversas regiões do país, como defende Bortoni-Ricardo (2004). A variedade urbana, por ter experimentado maior e mais constante contato com os colonizadores, com a metrópole, difere dos vernáculos rurais, que se mantiveram mais distantes da norma portuguesa e em maior contato com adstratos indígenas e com os *pidgins* falados por negros. Quando migram para os centros urbanos, os falantes desses vernáculos rurais carregam consigo traços advindos desses contatos, dando origem à concorrência entre as normas urbanas e as normas rurais. Com base nessa constatação, propõe-se o conceito de estilos *rurbanos*, que se caracterizariam por uma interseção de elementos de ambas as variedades: um falante do interior de uma cidade grande, por exemplo, submetido ao isolamento dos meios de letramento, apresentará aspectos linguísticos diferentes de seus conterrâneos citadinos.

O estabelecimento de uma norma-padrão de uso, conforme destacam Faraco (2008) e Bortoni-Ricardo (2004), nada tem a ver com fatores de ordem estritamente linguística, uma vez que não há variedades mais ou menos legítimas, mais ou menos organizadas. Ao contrário, tem a ver com aspectos extralinguísticos, sobretudo político-econômicos, como o poder que detém determinada classe social, a cujos *bens*, incluindo-se entre eles a língua, atribui-se um maior prestígio.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 39-52) organiza o quadro da Língua Portuguesa do Brasil da seguinte forma: (a) vernáculos rurais, que se caracterizam por aspectos especiais; (b) língua urbana, que engloba as diversas variedades utilizadas nos centros urbanos, desde as variedades populares até a(s) variedade(s) culta(s), tanto na modalidade escrita quanto na oral; (c) língua oficial, que está prescrita nas gramáticas normativas, devendo atuar em documentos oficiais e na escola; e (d) a língua literária, que passou a (tentar) se aproximar de dada variedade da língua urbana. Levando em consideração as situações de diglossia existentes entre a língua urbana e os vernáculos rurais, de um lado, e a norma utilizada pelos falantes e o padrão que ele deve adquirir, de outro, a autora propõe um modelo de análise sociolinguística constituído por três *continua*, expostos separadamente com fins explicativos: (i) urbanização, (ii) letramento e (iii) monitoração estilística.

O *continuum* de urbanização estende-se das variedades rurais, geograficamente isoladas, até a variedade urbana culta, passando pelas variedades populares da chamada língua urbana, e diz respeito ao fato de que o falante, a depender das redes sociais de que faz parte, tende a adquirir normas próprias da variedade utilizada no centro urbano em que está inserido. Ao longo do *continuum* rural-urbano, a autora distingue dois tipos de regras: (a) as descontínuas, que caracterizam variedades específicas,

estando mais isoladas e mais sujeitas à estigmatização – como o rotacismo e a palatalização, por exemplo; e (b) as graduais, que são recorrentes em praticamente todas as variedades da língua, ainda que em diferentes graus – como a variação entre *nós x a gente*, o uso de *ele* acusativo e mesmo o uso das estratégias não-padrão de relativização, foco do presente estudo.

O *continuum* de letramento diz respeito ao fato de que, quanto maior o nível de escolaridade alcançado, maior a possibilidade de se sobreporem ao vernáculo estilos mais cuidados. Segundo essa proposta, atividades próprias da oralidade são conduzidas em registros informais, como é o caso de uma conversa em sala de aula que não tenha como temática o processo de ensino-aprendizagem (professor chamando a atenção de aluno por um mau comportamento demonstrado, aluno pedindo ao professor permissão para se dirigir à secretaria), enquanto, para as atividades de letramento, os falantes reservam um linguajar mais cuidado, como se observa quando o professor explica a matéria ou nos momentos em que os alunos proferem a resposta aos exercícios passados.

O *continuum* de monitoração estilística, por fim, diz respeito não só à maior atenção que o falante dispensa à enunciação, mas à acomodação a características de seus interlocutores, como argumenta Bell (1984 *apud* BORTONI-RICARDO: 2004, p. 41). Nesse processo de acomodação, estão envolvidos fatores outros, como (i) o apoio contextual, porque um assunto inovador, recentemente introduzido, requer maior cuidado; (ii) a complexidade cognitiva para a elaboração e o processamento do discurso; e (iii) a familiaridade com a tarefa, já que uma apresentação em público exige maior cuidado do que uma conversa entre amigos.

Parece haver uma relação intrínseca entre os *continua* propostos pela autora, já que falantes de ambientes completamente rurais que não tenham contato com uma rede social ampla ou com meios de letramento terão a seu dispor menos estratégias de variação estilística. Contrariamente, falantes de grandes centros urbanos, aos quais foi oferecida oportunidade de letramento e escolarização, contarão com maior número de opções linguísticas para empreenderem a variação estilística que situações mais monitoradas lhes exigirem. A partir deles, pode-se fazer uma análise sociolinguística que leva em consideração não só as noções de normas, no sentido daquilo que é usual em dada comunidade, e de padrão, no sentido do que se espera de um falante escolarizado, mas também a noção de registros, uma vez que preveem o fato de que um estilo mais cuidado pressupõe maior atenção à variedade linguística a ser utilizada.

É importante ressaltar, a despeito da constante interseção desses contínuos, que a relação entre padrões/normas e estilos/registros não é biunívoca: mesmo que não tenham acesso à escolarização, mesmo que não estabeleçam relações com escolarizados, mesmo que não tenham muitos recursos a seu dispor, falantes que não dominam a norma culta utilizada pelos letrados podem assumir um estilo mais monitorado a depender da situação em que se encontram, adequando-se a registros de maior formalidade, mesmo que isso só se reflita em sua postura diante de uma assembleia ou da entoação e do vocabulário utilizados.

Panorama Teórico

Tradicionalmente conhecidas como orações subordinadas adjetivas (ROCHA LIMA, 2010; CUNHA & CINTRA, 2008; AZEREDO, 2008; BECHARA, 2009), as orações relativas são introduzidas por um pronome relativo e, por valerem por um adjetivo, desempenham função que lhe é própria, atuando como adjuntos adnominais das orações às quais se ligam. Segundo Azeredo (2008), os pronomes relativos preenchem cumulativamente três funções: anafórica, porque retomam ou reiteram um antecedente; conectiva, porque inserem a oração transposta em uma construção maior; e sintática, porque desempenham função de sujeito, complemento ou adjunto na oração transposta. Bechara (2009, p. 462) considera transpostas as orações que se transportam “do nível sintático de independência para exercer” alguma função em outra oração a que se liguem.

Rocha Lima (2010, p. 333) oferece uma lista dos pronomes e advérbios relativos que encetam as chamadas orações adjetivas: *que, o qual* (com suas flexões), *quem, cujo* (com suas flexões), *quanto* (com suas flexões); *onde, quando* e *como*. É por intermédio destes termos que orações com função de modificação se prendem a um substantivo ou a um pronome da oração anterior. Destaca, ainda, que os relativos *cujo, onde, quando* e *como* têm função privativa: “*cujo* (com suas flexões) é sempre *adjunto adnominal*; *onde, quando* e *como* funcionam exclusivamente como *adjunto adverbial*, respectivamente de – *lugar, tempo* e *modo*” (Rocha Lima: 2010, p. 336), assim como Azeredo (2008, p. 318-319), que também elabora um rol de observações quanto às particularidades de dados pronomes.

Segundo Lemle (1978), podem-se detectar duas estratégias de relativização atuantes no português brasileiro: a relativa padrão, única aceita e descrita pelas gramáticas normativas, e as relativas vernaculares, não padrão. Estas, por sua vez, dividem-se em duas formas de relativização: (i) a relativa copiadora, em que é eliminado o nexos prepositivo e inserido um pronome cópia, lembrete, a fim de desfazer a ambiguidade que poderia surgir com a eliminação da preposição, conforme se pode observar no exemplo (1) a seguir; e (ii) a relativa cortadora, em que é eliminado também o pronome lembrete, conforme se verifica no exemplo (2):

- (1) Estruturas formadas por elementos de madeira têm aplicações em pontes, coberturas, vigas, mezaninos, entre outros, **onde** o desempenho satisfatório **desse tipo de material** depende de variáveis como a concepção atribuída ao arquiteto, usos da edificação, qualidade das adeiras, entre outros. [MATÉRIA, v. 16, n. 1, “Avaliação da associação de compósito de fibra de vidro e carbono no reforço de madeira de eucalyptus in natura e autoclavada”, p. 621] ~ **cujo** desempenho satisfatório.

(2) Bom, como não faltou quem gostasse da ideia de brincar com uma moeda **que** não tem governo nenhum por trás, esse critério foi atendido. [SUPERINTERESSANTE, Ed. 297/ Novembro 2011, “O dinheiro do futuro”, p. 81] ~ **da qual** não tem governo nenhum por trás/que não tem governo nenhum por trás dela.

Tarallo (1983), que verificou na fala de trabalhadores apenas dois tipos de relativas – a saber, a cortadora e a com pronome, argumenta que a estratégia canônica de relativização não faz parte da gramática nuclear, construída durante a fase de aquisição da linguagem, dos falantes do português brasileiro; ao contrário, é aprendida via letramento, em um processo de aprendizagem formal. À medida que o grau de escolaridade aumenta, cresce a utilização da relativa preposicionada, conforme se observa em Corrêa (2001, p. 616), que, “no experimento com alunos do ensino médio, (...) verificou que é no final desse nível de escolaridade que os alunos adquirem a relativa preposicionada, embora ainda não de forma completa”, ao passo que os “informantes não-escolarizados e os alunos da 1ª à 8ª série” produzem “quase que exclusivamente relativas cortadoras”.

Souza e Silva & Koch (1986) declaram que o processo de relativização de orações compreende três etapas. Levando-se em consideração as orações *Eu comprei os livros* e *Você falou dos livros*, a completude da relativização depende de três transformações:

E₁) Encaixamento da segunda oração na primeira, ao lado do SN que se repete em ambas:

Eu comprei *os livros* você falou *dos livros*.

E₂) Extraposição do SN idêntico para a posição inicial da oração encaixada:

Eu comprei *os livros dos livros* você falou.

E₃) Pronominalização relativa do SN idêntico da oração encaixada:

Eu comprei *os livros de que* você falou.

Entretanto, nem sempre essas três etapas do processo de derivação das relativas se aplicam no português brasileiro, de modo que, se a extraposição do SN idêntico não se realiza, emerge uma relativa não-canônica. Corrêa (1993), verificando tal variedade entre as estratégias de relativização e fundamentando-se nas contribuições que a literatura sobre o assunto oferece, apropria-se da proposta de Tarallo (1983), para quem o item *que* identificado em (1) e (3) seria um complementizador semelhante

à conjunção integrante das orações completivas, e propõe distribuir o que tradicionalmente se chama de oração relativa em dois grupos menores: (i) as orações adjetivas relativas, que seriam iniciadas por pronomes relativos prototípicos – aqueles que desempenham a tripla função destacada por Azeredo (2008); e (ii) as orações adjetivas integrantes, que se iniciariam por conjunções integrantes – resultado da gramaticalização, que faz com que os pronomes relativos percam a propriedade de manter correferência com o antecedente e de exercer função sintática.

Para Van der Avera (1985 *apud* LONGO, SOUZA & MICHELIN: 1994, p. 172), existem três possibilidades de classificação de *que*: (i) como pronome relativo, que se prestaria às funções conectiva, anafórica e sintática – estabelecendo ligação entre orações, retomando um termo já mencionado e desempenhando papel sintático na oração em que se insere; (ii) como partícula relativa, que se prestaria às funções conectiva e anafórica, mas não exerceria função sintática; e (iii) como complementador, que se prestaria apenas à função conectiva. Kato (1993) propõe uma análise que considera o fato de que o português brasileiro constitui uma língua com proeminência tanto de tópico quanto de sujeito. Assim, conforme afirma Corrêa (2001, p. 622), “as sentenças básicas incluem a posição adjacente de tópico, além das argumentais”:

[_{Top} *Umas pessoas*, [_{IP} *a gente tem mais intimidade (ø)/com elas*,]]

Com a inserção do tópico na estrutura sentencial, obtém-se mais uma posição a ser relativizada, já que não há restrição de função para o processo de relativização. Para Kato (1993), a diferença entre a relativa padrão e as estratégias vernaculares reside no fato de estas extraírem sempre da posição de tópico, ao passo que aquela realiza a extração dos vários termos de dentro da oração. Nas relativas não-padrão, a extração do antecedente é realizada sempre do elemento inicial, topicalizado, ao passo que, nas relativas canônicas, a extração pode ser realizada nas mais diversas posições ocupadas pelos termos das orações.

Dessa forma, sendo a “posição relativizada, nas estratégias vernaculares, sempre um tópico sem cabeça, fica explicado por que o pronome relativo é sempre que, sem preposição, forma avançada do acusativo” (CORRÊA: 2001, p. 624). Com essa proposta, Kato (1993) consegue recuperar o estatuto funcional da partícula *que*, mantendo sua interpretação como um pronome relativo que introduz as relativas vernaculares, além de explicar o porquê de esse tipo de estratégia de relativização ter quase sempre o mesmo pronome relativo.

Para Silva & Lopes (2007, p. 81), a disseminação das relativas vernaculares, sobretudo da relativa cortadora, deve-se ao alto índice de uso da construção padrão de sujeito – *o garoto que veio hoje*

não trouxe o trabalho – e de objeto – *o garoto que vi hoje não trouxe o trabalho*, o que poderia estar influenciando o uso da construção cortadora nas demais funções sintáticas. Devido ao fato de as relativas de sujeito e de objeto terem o mesmo *output* fonético da estratégia não-padrão cortadora, iniciando-se pela partícula *que* sem marca de preposição em posição alguma, e à baixa frequência das construções relativas de outras funções sintáticas, propõe-se uma tendência à regularização do sistema. Une-se a essa hipótese uma segunda, que trata da preferência pela tendência canônica do Português, configurada pelo padrão de complementação direta, conforme argumenta Mollica (2008, p. 245).

Se, nas relativas canônicas, a preposição se situa no princípio da oração relativa, acompanhando o movimento do pronome e com ele formando um constituinte relativo, nas relativas vernaculares a preposição não acompanha tal movimento, ficando na sua posição original. Segundo Arim, Ramilo & Freitas (2004), “estando *in situ*, a preposição não pode ficar sem complemento, sendo introduzido nesta posição um pronome resumptivo”. Tarallo (1983) destaca que a estratégia copiadora de relativização é bastante antiga, estando já atestada desde o século XVIII, ao passo que a estratégia cortadora é mais recente e teria surgido em decorrência do apagamento da preposição na relativa resumptiva após o apagamento do pronome lembrete, com vistas a evitar a violação contra a restrição de proposições órfãs. Para o autor, há diferenças significativas nas línguas não quanto à existência ou inexistência dessa estratégia, mas quanto à quantidade e à produtividade. A estratégia resumptiva não estaria em competição com a padrão e a cortadora; ao contrário, exerceria apenas o papel específico de último recurso na língua, ao qual o falante apelaria apenas quando houvesse necessidade de resolver uma possível ambiguidade gerada pela supressão do nexos prepositivo, conforme se observa em (3):

(3) Sem passar por isso, será mais difícil lidar com um desafeto no futuro, como um chefe, o síndico do prédio ou aquele amigo *que* empresta dinheiro e nunca paga. [SUPERINTERESSANTE, Ed. 294/Agosto 2011, “O problema do mundo sem bullying”, p. 74, Atualidades]



Sem passar por isso, será mais difícil lidar com um desafeto no futuro, como um chefe, o síndico do prédio ou aquele amigo *que* se empresta dinheiro *a ele* e nunca paga.

Apesar de ser mais recente, a estratégia cortadora de relativização vem ganhando espaço tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita. Como atestam os estudos de Corrêa (1993; 2001), Mollica (2008) e Bagno (2001), já se podem verificar ocorrências de relativas não-padrão em textos da imprensa, notadamente em algumas seções ditas “mais populares”, como notícias, anúncios e entrevistas.

Sendo uma língua que faz uso amplo e constante das categorias vazias e da elipse, o português do Brasil favorece a recorrência da sintaxe da relativa cortadora, visto que conta com a capacidade do interlocutor de reconhecer e recuperar a preposição que foi apagada, o que se deve ao contexto verbal e não-verbal do enunciado, à semântica que carrega consigo. Essa preferência pela supressão de preposições pode ser compreendida como uma opção a que o falante recorre com vistas a se esquivar (1) de parecer “pernóstico” ou “pedante” demais ao usar a relativa padrão, e (2) de parecer “ignorante” ou “pouco instruído” ao usar a relativa copiadora – que, por ser muito antiga, vem sofrendo o ataque da gramática normativa há séculos... (BAGNO, 2001, p. 89).

Justifica-se, ainda, pelo fato de que a relativização canônica violenta seriamente a ordem usual da sintaxe portuguesa, gerando uma estrutura nada comum na língua:

As preposições, como seu próprio nome já diz, se colocam sempre, em português, *antes do elemento que regem*, criando um sintagma preposicionado. As orações relativas não-padrão representam, portanto, uma aberração, um caso de gritante exceção no uso das preposições, ao exigirem um deslocamento que rompe com a cadeia sintagmática mais frequente na língua.

(BAGNO: 2000, p. 192)

Pressupostos teórico-metodológicos

De posse dessas informações a respeito do fenômeno, passa-se à exposição da fundamentação teórica que norteará o desenvolvimento desta pesquisa, bem como dos aspectos metodológicos que irão regulá-la.

Fundamentação Teórica

O tratamento dos dados será feito à luz dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista de orientação laboviana (WEINREICH; LABOV & HERZOG, 1968), que pressupõe a *heterogeneidade ordenada*, noção diametralmente oposta à ideia de homogeneidade linguística. Sendo a variação inerente, “a língua continua estruturada enquanto vão ocorrendo as mudanças” (WEINREICH; LABOV & HERZOG: 1968, p. 13).

Considerando a língua como um sistema intrinsecamente heterogêneo, Weinreich, Labov & Herzog (1968) visam ao abandono do axioma da homogeneidade, condição anteriormente conside-

rada indispensável, numa perspectiva de regras invariantes, para que se pudesse verificar a estrutura linguística. Reconhecendo seu caráter regular, o conceito de heterogeneidade ordenada permite verificar que a variação não é independente, mas controlada por uma combinação de fatores estruturais e sociais que permitem que se depreenda a sistematicidade no controle das formas variantes, podendo ou não levar a mudanças no sistema linguístico, visto que nem toda variação implica mudança, mas toda mudança pressupõe uma fase anterior de variação.

Diante da consideração de uma *Teoria da Variação e Mudança*, colocam-se questões que se referem à instituição de uma nova variante: (a) o **problema das restrições**, que diz respeito às condições que favorecem ou restringem as mudanças, regras estruturais e/ou sociais que controlam a ocorrência da variação; (b) o **problema da transição**, que consiste no intervalo existente entre a adoção de nova forma e a consideração da antiga como obsoleta e no percurso percorrido pela mudança; (c) o **problema do encaixamento**, que se refere à forma por que a mudança está encaixada na estrutura linguística; (d) o **problema da implementação**, que diz respeito ao porquê de uma mudança ter ocorrido em um momento e em um lugar determinados, e não em quaisquer outros momentos e lugares; e, por fim, (e) o **problema da avaliação**, que consiste no tratamento subjetivo do falante em relação a uma variante, prestigiando-a ou estigmatizando-a. A mudança linguística é sempre acompanhada de uma mudança no comportamento social, seja no que diz respeito à propagação da forma variante, seja no que diz respeito à mudança da valoração subjetiva sobre a mesma.

Aspectos Metodológicos

Com o intuito de observar o comportamento das estratégias de relativização na escrita culta padrão, procedeu-se à coleta de dados em jornais e revistas, abarcando notícias, editoriais, artigos de divulgação científica e artigos científicos de áreas diversas. A constituição do *corpus* está exposta na Tabela 1, a seguir.

Veículo de Informação	Quantificação
Jornal <i>O Globo</i>	30 Notícias
	30 Editoriais
Revista <i>Diadorim</i>	30 Artigos
Revista <i>Matéria</i>	30 Artigos
Revista <i>Superinteressante</i>	30 Matérias

Tabela 1: Constituição do *corpus*

A escolha dos veículos de informação que constituiriam o *corpus* foi regida pelo campo de circulação a que cada um dos materiais está exposto. O Jornal *O Globo* e a Revista *Superinteressante*, ainda que possam estar restritos ao público de dadas classes sociais, sendo mais frequentemente adquiridos por leitores detentores de renda *per capita* mais alta, são veículos de ampla circulação e de fácil acesso, estando disponíveis nas bancas de jornais de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro e, paralelamente, também na rede mundial de computadores. Por outro lado, *Matéria* e *Diadorim* são revistas de circulação mais restrita, tendo espaço, sobretudo, nas áreas acadêmicas a que se relacionam, ainda que alguns de seus artigos estejam igualmente disponíveis na *internet*.

No que diz respeito às revistas *Diadorim*, da área de Letras, e *Matéria*, da área de Engenharia, os trinta artigos consultados em cada uma delas não foram garimpados na íntegra. Por se tratar de artigos científicos bastante extensos, optou-se por selecionar apenas as três primeiras laudas, buscando cuidar, à medida do possível, para que o término da contagem coincidisse com a conclusão de uma seção do texto, desde que não houvesse grande discrepância. Assim, em alguns artigos foram consideradas as três laudas e mais metade de outra, por exemplo.

O foco desta análise recai sobre as relativas de função oblíqua, ou seja, aquelas em que o pronome relativo desempenha a função de:

(4) Objeto indireto: O conhecimento, por parte do orador, em relação ao público *a que* a argumentação se dirige é um dos aspectos que norteiam a reflexão de Perelman e Tyteca, em seu *Tratado da Argumentação* (2000). [DIADORIM, v. 2/2006, “A seleção vocabular como estratégia argumentativa dos textos publicitários”, p. 117] ~ a argumentação se dirige ao público (se lhe dirige).

(5) Complemento nominal: A abordagem dos aspectos culturais no processo de ensino do Karajá contribui para dar maior visibilidade à dimensão cultural da interação, estimulando uma prática pedagógica voltada para a conscientização dos alunos sobre eles mesmos, seu valor, autoestima, sobre a cultura e a língua *a que* estão expostos. [DIADORIM, v. 6/2009, “Educação indígena: ensino de língua étnica, metodologia intercultural e algumas reflexões”, p. 89] ~ estão expostos à cultura e à língua.

(6) Adjunto adverbial: Se o país, agora, não se empenhar para se tornar mais competitivo, não encontrará espaço diante da avassaladora concorrência asiática, especialmente da China e da Índia, já presentes em setores *que* a indústria brasileira tem

longa tradição. [O GLOBO, Editorial, nº 28558, “Turbulência na Europa ainda no horizonte”, p. 06] ~ em que a indústria brasileira tem longa tradição.

(7) **Complemento relativo:** O menino não tinha todas as peças *que* precisava, então decidiu telefonar para alguém que certamente teria: Bill Hewlett, dono da HP. [SUPERINTERESSANTE, Ed. 296/Outubro 2011, “Como Steve Jobs matou os nerds”, p. 21, Supernovas – Essencial] ~ de que precisava

(8) **Complemento circunstancial:** Essa necessidade, de resto, já era evidente pelo estágio *a que* haviam chegado as relações das quadrilhas fluminenses que exploram o tráfico de drogas, e dos grupos paramilitares, com a criminalidade internacional, para abastecer seus arsenais e ampliar seus “negócios”. [O GLOBO, Editorial, nº 28554, “A internacionalização do crime”, p. 6] ~ as relações das quadrilhas fluminenses haviam chegado ao estágio.

(9) **Adjunto adnominal:** Esse efeito pode ser importante sobre o desempenho das ações, em particular aquelas usados para extrusão de alumínio e para forjamento a quente de peças de aço, *onde* resistência ao desgaste e tenacidade são propriedades críticas. [MATÉRIA, V. 14, n. 3, “Influência do tratamento criogênico na usabilidade do aço rolamento ABNT 52100 temperado”, p. 934] ~ cuja resistência ao desgaste e a tenacidade são propriedades críticas.

Não são levadas em conta aquelas que exercem função de sujeito ou de objeto direto, porque já apresentam o mesmo *output* fonético da estratégia cortadora de relativização e, portanto, só se poderiam esperar relativas não-padrão no caso de se verificar a inserção de um pronome resumptivo, o que reduziria os limites desta pesquisa.

Foram eliminados do *corpus* os casos de relativos *quem* e *onde* que condensam “em si duas funções: uma de um termo da oração principal, e outra de um termo da oração adjetiva” (ROCHA LIMA, 2010, p. 337), devido à impossibilidade de se proceder a qualquer outra estratégia de relativização em construções cujo antecedente não estivesse explícito:

(10) Politicamente corretos ficam do lado do conselho que a sua mãe dava: seu direito termina *onde* começa o do outro. Se o próximo se sente ofendido, você não pode falar.

[SUPERINTERESSANTE, Ed. 293/Julho 2011, “O que você pode falar, afinal?”, p. 22, Superovas – Essencial]

Constituído o *corpus*, com base na teoria da Sociolinguística Variacionista de orientação laboviana (WEINREICH; LABOV & HERZOG, 1968), procedeu-se à codificação dos dados, com base nas variáveis expostas a seguir, e recorreu-se, posteriormente, ao suporte metodológico do pacote de programas *Goldvarb-X*, que permitirá avaliar as variáveis independentes mais significativas para o fenômeno estudado, além de fornecer, também, as variáveis menos relevantes ao processo de variação.

Sendo a variável dependente representada pelas estratégias disponíveis para a construção de orações relativas, elencaram-se as variáveis independentes que poderiam condicionar o fenômeno:

a. Pronome relativo envolvido: procura-se observar se um pronome como *cujo*, por exemplo, cada vez menos frequente na modalidade oral, favorece o uso da estratégia vernacular, já que pode ser considerado mais “pernóstico” e “rebuscado”, sendo um dos fatores responsáveis pelo surgimento de relativas cortadoras (cf. ARIM, RAMILO & FREITAS, 2004);

b. Preposição regida pelo verbo: procura-se verificar se preposições mais frequentes – como *de*, *em* e *para* – são mais suscetíveis à supressão, por o interlocutor ter maior facilidade de reconhecer e recuperar a preposição que foi apagada;

c. Função sintática do antecedente: busca-se averiguar se há funções sintáticas do antecedente que sejam mais favoráveis à utilização da relativa vernacular;

d. Função sintática do pronome relativo: pretende-se analisar se há funções oblíquas que favorecem mais fortemente a aplicação das relativas não-canônicas e outras, como a de adjunto adverbial, que bloqueiem a relativização não-padrão;

e. Animacidade do antecedente: pretende-se avaliar, por fim, se um antecedente com traço [+ humano] favorece a utilização das relativas vernaculares, bem como observar o comportamento do relativo *onde*, muitas vezes aplicado sem estar associado ao valor [locativo], na escrita culta padrão;

f. Gênero textual: procura-se verificar se textos jornalísticos de seções “mais populares”, como as notícias, são mais favoráveis à utilização de estratégias vernaculares de relativização do que os artigos científicos, desenvolvidos em meio acadêmico;

g. Veículo de informação: pretende-se averiguar se veículos de circulação mais ampla, como a Revista *Superinteressante*, que visa a atingir o grande público, apresentam condicionamento favorável ao uso das relativas não-padrão, por fazerem uso de uma linguagem mais distensa;

h. Tipo de trecho de que foi retirado: por se encontrarem, nos objetos consultados, muitos dados em citações e em transcrições de entrevistas, buscou-se verificar se a introdução no texto de outra voz, que não a autoral, favorecia a relativização não-canônica.

Resultados

O *corpus* levantado a partir de notícias, editoriais, artigos de divulgação científica e artigos científicos de áreas diversas compõe-se de 417 construções relativas. Inicialmente, foram propostas quatro possibilidades de realização do processo de relativização, sendo acrescentada, às três estratégias tradicionalmente identificadas – padrão, cortadora e copiadora, uma quarta estratégia, chamada “não-padrão” por Corrêa (2001, p. 619). Quanto às estratégias tradicionalmente apontadas nos estudos como variantes para a realização do processo de relativização, observaram-se (i) as relativas-padrão (11), única estratégia aceita e descrita pelas gramáticas normativas; (ii) as cortadoras (12), em que se suprime o nexos prepositivo regido pelo verbo da construção; e (iii) as copiadoras (13), em que a preposição não acompanha o movimento do pronome relativo e, ficando na posição original, requer a introdução de um pronome resumptivo ou a repetição do sintagma a que o relativo se refere.

(11) O conhecimento, por parte do orador, em relação ao público *a que* a argumentação se dirige é um dos aspectos que norteiam a reflexão de Perelman e Tyteca, em seu *Tratado da Argumentação* (2000). [DIADORIM, v. 2/2006, “A seleção vocabular como estratégia argumentativa dos textos publicitários”, p. 117]

(12) O diagrama para determinação dos objetos e a razão de aspecto da corrosão por pites nos materiais em função da retangularidade tem como objetivos gerais:

(a) classificar a morfologia dos pites, (b) avaliar evolução *que* reside crescimento dos pites e (c) comportamento morfológico do pites em relação a toda extensão (tempo de exposição) ao meio corrosivo. [MATÉRIA, V. 14, n. 3, “Análise morfológica da corrosão por pites em aço inoxidável austenítico AISI 310S submetido à exposição em névoa salina”, p. 959] ~ **em que** reside o crescimento dos pites.

(13) Poucas são as construções que datam séculos e chegam até os tempos atuais com os materiais originais, *onde* o restauro e a reabilitação é fundamental *para a preservação*. [MATÉRIA, V. 16, n. 1, “Avaliação da associação de compósito de fibra de vidro e carbono no reforço de madeira de eucalyptus in natura e autoclavada”, p. 622] ~ **para cuja** preservação.

Quanto às relativas não-padrão (14), compreendem os “desvios da estratégia padrão” de que fala Corrêa (2001, p. 619) – uso indevido de preposição, ou porque o verbo da construção não rege preposição ou porque rege uma preposição diferente da que fora utilizada, uso inadequado de *onde*, sem estar associado ao valor [+ Locativo], uso de *que* com valor [+ Humano], no lugar de *quem*, uso de *cujo* seguido de artigo e duplos relativos.

(14) “Os problemas históricos em Lucas são ainda maiores”, diz [o teólogo américa Bart D.] Ehrman. “Temos registros do reinado de Augusto, e em nenhum deles há referência a um censo *para o qual* todos teriam de se registrar retornando ao lar dos ancestrais”. [SUPERINTERESSANTE, Ed. 293/Julho 2011, “Os anos ocultos de Jesus”, p. 56, Reportagem de Capa] ~ **no** qual todos teriam de se registrar.

Ao contrário do que se verificou em trabalhos já desenvolvidos sobre o tema, nos quais se atestou que a estratégia com pronome lembrete está quase ausente dos dados de modalidade escrita, o *corpus* aqui levantado apresenta uma considerável recorrência dessas estruturas, já que foram registradas quinze relativas copiadoras. Entretanto, deve-se destacar que, dentre esses quinze dados, apenas dois constituem o que se considera uma prototípica relativa copiadora:

(15) Estruturas formadas por elementos de madeira têm aplicações em pontes, coberturas, vigas, mezaninos, entre outros, *onde* o desempenho satisfatório *desse tipo de material* depende de variáveis como a concepção atribuída ao arquiteto, usos da edificação, qualidade das adeiras, entre outros. [MATÉRIA, V. 16, n. 1, “Avaliação

da associação de compósito de fibra de vidro e carbono no reforço de madeira de eucalyptus in natura e autoclavada”, p. 621] ~ **cujo** desempenho satisfatório.

(16) Poucas são as construções que datam séculos e chegam até os tempos atuais com os materiais originais, *onde* o restauro e a reabilitação é fundamental *para a preservação*. [MATÉRIA, V. 16, n. 1, “Avaliação da associação de compósito de fibra de vidro e carbono no reforço de madeira de eucalyptus in natura e autoclavada”, p. 622] ~ **para cuja** preservação.

Os outros treze dados, por sua vez, apresentam uma particularidade que interessa ressaltar: a cópia se processa através da utilização de um sintagma nominal, geralmente do mesmo campo semântico de seus antecedentes, que resume e/ou retoma a ideia por eles expressa, funcionando como uma espécie de aposto recapitulativo, conforme se pode observar nos exemplos a seguir.

(17) Barrabás seria um personagem típico da década de 70 d.C., inserido no episódio da morte de Jesus, fato que aconteceu *na década de 30 d.C., momento em que* o ódio aos romanos e o louvor a quem se dispusesse a matá-los não era tão violento. [SUPERINTERESSANTE, Ed. 293/Julho 2011, “Os anos ocultos de Jesus”, p. 59, Reportagem de Capa]

(18) Partindo-se da distribuição das referidas estratégias de construção de tópico marcado nas falas culta e popular, e da análise de fatores pertinentes à descrição do comportamento dessas estruturas nas variedades linguísticas estudadas, objetiva-se discutir o *status* do Português Brasileiro como língua com proeminência de tópico e de sujeito (cf. Li e Thompson, 1976), em consonância com *os fenômenos de preenchimento e sujeito e apagamento de objeto, mudanças sintáticas por que* passa o sistema. [DIADORIM, v. 2/2006, “Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito”, p. 84]

(19) *A relação entre referenciação e metadiscorso não tem sido explorada, de modo sistemático, na literatura da área, razão pela qual* isso será enfatizado neste artigo. [DIADORIM, v. 6/2009, “Posicionamento e engajamento em redações dissertativas”, p. 132]

(20) “Embora o procurador-geral da República ainda não tenha tido acesso aos autos do referido inquérito (do STJ), os elementos que instruem as representações apontam no sentido de que o Programa Segundo Tempo seria utilizado para desviar recursos para o *PCdoB*, **partido ao qual** Orlando Silva é filiado. Agnelo Queiroz foi filiado ao *PCdoB* até 9 de julho de 2008”, escreveu Gurgel. [O GLOBO, Notícia, nº 28569, “Orlando já é investigado no STF: STF dá prazo para receber processos”, p. 03]

No que diz respeito às relativas não-padrão, observa-se que, dentre os cinquenta e um dados registrados, quarenta e três fogem ao padrão imposto pelas gramáticas normativas por fazerem uso do relativo *onde* sem estar associado a um antecedente de valor [+ locativo], conforme se observa nos exemplos a seguir:

(21) “Vejo como um negócio próprio, um estilo de trabalho norte-americano, *onde* determino metas e me organizo de modo prático e seguro na minha casa.” [SUPERINTERESSANTE, Ed. 289/Março 2011, “A nova profissão mais antiga do mundo”, p. 65, Comportamento] ~ **em que** determino metas.

(22) Não se pode desconhecer a realidade injusta brasileira, *onde* há graves distorções na distribuição de renda e no acesso a serviços públicos básicos. [O GLOBO, Editorial, nº 28567, “Pagar a conta”, p. 06] ~ **na qual** há graves distorções.

Os oito casos restantes referem-se a casos de uso indevido de preposição, porque o verbo da construção rege uma preposição diferente da que fora utilizada, e a casos de uso indevido do relativo *quando*, sem estar associado a um antecedente que expressasse valor temporal:

(23) “Os problemas históricos em Lucas são ainda maiores”, diz [o teólogo América Bart D.] Ehrman. “Temos registros do reinado de Augusto, e em nenhum deles há referência a um censo *para o qual* todos teriam de se registrar retornando ao lar dos ancestrais”. [SUPERINTERESSANTE, Ed. 293/Julho 2011, “Os anos ocultos de Jesus”, p. 56, Reportagem de Capa] ~ **no qual** todos teriam de se registrar.

(24) O caráter social dos fatos linguísticos e a percepção da variabilidade *na qual* a língua está submetida são pontos essenciais no que tange à reflexão sobre a natureza da linguagem humana. [DIADORIM, v. 6/2009, “O paralelismo clausal na região central do estado de São Paulo”, p. 243] ~ **à qual** a língua está submetida.

(25) Anteontem, Dilma estava com uma fisionomia abatida, nos três eventos *em que* participou. [O GLOBO, nº 28.571, “Com gripe, Dilma altera agenda e não participa de festa para Lula”, p. 13] ~ **de que** participou.

(26) Existem dois cenários distintos para a reparação de uma construção em madeira: (a) Reabilitação, *quando* são recompostas as condições normais de suporte; (b) Reforço, *quando* a condição de suporte é aumentada em relação àquela prevista anteriormente. [MATÉRIA, V. 16, n. 1, “Avaliação da associação de compósito de fibra de vidro e carbono no reforço de madeira de eucalyptus in natura e autoclavada”, p. 622] ~ **em que** são recompostas as condições normais de suporte.

(27) Existem dois cenários distintos para a reparação de uma construção em madeira: (a) Reabilitação, quando são recompostas as condições normais de suporte; (b) Reforço, *quando* a condição de suporte é aumentada em relação àquela prevista anteriormente. [MATÉRIA, V. 16, n. 1, “Avaliação da associação de compósito de fibra de vidro e carbono no reforço de madeira de eucalyptus in natura e autoclavada”, p. 622] ~ **em que** a condição de suporte é aumentada em relação àquela prevista anteriormente.

Feitas essas ressalvas com relação à distribuição dos dados no interior do *corpus*, passa-se à exposição dos resultados obtidos por meio de análise multivariacionista, que permitirá a apreensão das variáveis independentes que atuam favoravelmente na motivação do fenômeno em questão. Como se pode perceber na Figura 1, a seguir, pela distribuição percentual dos dados pelas variantes elencadas para este estudo, a relativa padrão ainda vigora vivamente na norma escrita culta, apesar de já se encontrarem “portas de entrada” (MOLLICA, 2008) para a variação na modalidade.

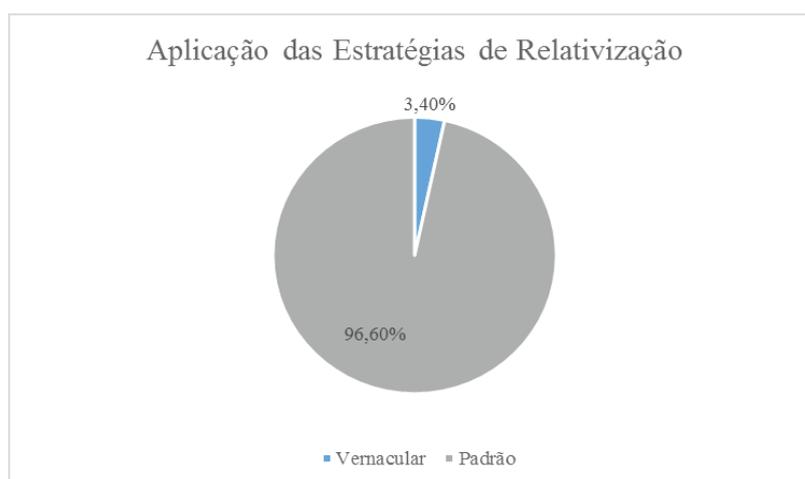


Figura 1: Percentual de aplicação das estratégias padrão e vernacular de relativização.

Para a realização desta etapa, a variável dependente, inicialmente quaternária, reduziu-se a apenas duas variantes possíveis: a padrão, que compreende a relativa preposicionada, e a vernacular, que compreende as relativas cortadora e copiadora – sendo excluídos os dados que envolviam a presença do que aqui se chamou de *aposto recapitulativo* (cf. exemplos (18)-(24)). Quanto à variante que controlava a ocorrência de relativa não-padrão, que compreende os desvios da estratégia padrão mencionados por Corrêa (2001), optou-se por excluí-la da análise, já que a proposta inicial não a incluía no escopo da pesquisa, configurando apenas observações preliminares, que se acredita serem interessantes, a respeito de seu comportamento na escrita culta padrão.

Além disso, processaram-se algumas modificações nas variáveis inicialmente pensadas, em função de comportamentos que se mostraram categóricos. No grupo que controla o *pronome envolvido*, os relativos *quem* (7 oc.), *o qual* (90 oc.), *cujo* (50 oc.) e *quando* (1 oc.) demonstraram resultado categórico para a concretização da variante preposicionada. No grupo que controla a *preposição regida pelo verbo*, as preposições *com* (17 oc.), *sobre* (5 oc.) e *para* (8 oc.), assim como as menos frequentes (19 oc.) – *segundo* (2 oc.), *a partir de* (3 oc.), *por meio de* (2 oc.), *através de* (1 oc.), *entre* (2 oc.), *contra* (1 oc.), *diante de* (1 oc.), *durante* (2 oc.), *dentre* (4 oc.), *abaixo de* (1 oc.), demonstraram comportamento categórico para a manutenção da estratégia padrão de relativização, sendo excluídas da análise.

No grupo que controla a *função sintática do antecedente*, antecedentes que atuam como *complemento circunstancial* (10 oc.), como *complemento nominal* (23 oc.) e como *agente da passiva* (5 oc.) mostraram resultado categórico para a motivação da estratégia padrão, ao passo que o único dado de *objeto indireto* levantado no *corpus*, exemplificado mais acima em (23), motiva a realização da estratégia copiadora, ainda que se trate de uma copiadora não prototípica. No que respeita à *função sintática do pronome relativo*, o único dado de pronome relativo com função de *complemento circunstancial*

encontrado, exemplificado em (8) acima, motiva a manutenção da estratégia preposicionada, assim como os relativos com função de *complemento nominal* (77 oc.). Pelo comportamento categórico que demonstraram, tais fatores foram excluídos da análise.

Por fim, no grupo que controla o *tipo de trecho de que foi retirado*, os dados encontrados em *citação* de outros autores demonstraram comportamento categórico na direção da estratégia padrão, ainda que tenham sido encontrados apenas quatro dados nesse contexto. Por se tratar, assim como na transcrição de uma entrevista para o objeto de análise – seja ele notícia, artigo de divulgação científica ou editorial, de introdução de uma voz distinta da do autor do texto, optou-se por reunir em um só fator esses dois contextos – o de citação e o de transcrição de entrevista.

De posse dessas observações, procede-se, agora, à exposição dos resultados obtidos por meio da análise multivariacionista. Responsável pela seleção dos grupos de fatores que se mostrem mais relevantes para o condicionamento da aplicação da regra, o pacote de programas *Goldvarb-X* elegeu, por ordem de significância, as variáveis **pronome relativo envolvido**, **veículo de informação** e **preposição regida pelo verbo**.

Pronome relativo envolvido

Tomando como fator de aplicação a relativa vernacular, com suas variantes *cortadora* e *copiadora*, observaram-se diferentes condicionamentos para a realização das relativas não-padrão. No que diz respeito à variante vernacular, percebe-se, conforme ilustra a tabela a seguir, que o relativo *que* é o que mais favorece sua aplicação. Ressalte-se que a codificação foi feita levando-se em consideração o relativo que aparecia no lugar daquele que se esperaria na estratégia padrão.

Pronome Relativo envolvido	Aplicação total			Porcentagem			Peso Relativo
	Copiadora	Cortadora	Padrão	Copiadora	Cortadora	Padrão	
Onde	2/73	-----	71/73	2,7 %	-----	97,3 %	0.174
Que	-----	10/132	122/132	-----	7,6 %	92,4 %	0.703
Significância = 0.000				Input = 0.027			

Tabela 2: Atuação da variável *pronome relativo envolvido*

Por se caracterizar unicamente pelo apagamento da preposição, é coerente que o pronome relativo *que* seja o maior motivador da variante vernacular. Por ser considerado um *relativo universal*, tendo sua aplicação cada vez mais expandida e sendo utilizado prioritariamente em relativas de sujeito e objeto, a conjectura que aqui se tece é a de que o usuário da língua não se atenta à preposição regida pelo verbo, o que viria a justificar a hipótese de Kato (1993) de que as estratégias vernaculares sempre extraem o elemento a ser relativizado da posição de tópico, onde geralmente não se verifica o uso de preposição:

(28) O tempo *que* o material permanece amolecido irá determinar a viabilidade técnica deste laminado. [MATÉRIA, V. 16, n. 1, “Efeito da incorporação de talco nas características térmicas, mecânicas e dinâmico-mecânicas de poliuretanos termoplásticos”, p. 598] ~ **em** que o material permanece amolecido irá determinar a viabilidade técnica deste laminado.

Ainda que seja uma estratégia pouco recorrente no *corpus* em questão, o fato de o relativo *onde* motivar a relativa copiadora, quando o pronome esperado na estratégia padrão era o relativo *cujo*, corrobora a hipótese de Bagno (2001, p. 85) de que tal variante surgiria, no português brasileiro, para preencher o lugar deixado vago por esse pronome, que está cada vez mais rarefeito na língua falada.

(29) Estruturas formadas por elementos de madeira têm aplicações em pontes, coberturas, vigas, mezaninos, entre outros, *onde* o desempenho satisfatório *desse tipo de material* depende de variáveis como a concepção atribuída ao arquiteto, usos da edificação, qualidade das adeiras, entre outros. [MATÉRIA, V. 16, n. 1, “Avaliação da associação de compósito de fibra de vidro e carbono no reforço de madeira de eucalyptus in natura e autoclavada”, p. 621] ~ **cujo** desempenho satisfatório.

Na escrita, entretanto, observa-se uma resistência do pronome *cujo*, o que se comprova pelo fato de ter sido categoricamente favorecedor da realização da relativa padrão e se justifica, segundo Oliveira (1993, p. 696), pela constatação de que “o *cujo* também é uma marca de *cultês*”:

(30) Ao longo de 7 anos, os pesquisadores aplicaram questionários para medir o grau de felicidade dos voluntários, *cujos* empregos também foram analisados em 4 aspectos: nível de desafio, grau de autonomia, salário e perspectivas de carreira. [SUPERINTERESSANTE, Ed. 294/Agosto 2011, “Ficar desempregado é melhor do que sofrer no trabalho”, p. 22, Supernovas – Essencial].

Veículo de Informação

A opção por considerar diferentes veículos de informação para a constituição do *corpus* fundamentou-se na ideia de que há graus de vigília e de consciência diversos no que diz respeito ao processo de relativização.

Veículo de informação	Aplicação total			Porcentagem			P. R.
	Copiadora	Cortadora	Padrão	Copiadora	Cortadora	Padrão	
<i>Diadorim</i>	-----	2/100	98/100	-----	2 %	98 %	0.157
<i>Matéria</i>	2/68	2/68	62/68	1,9 %	5,9 %	92,2 %	0.912
<i>Superinteressante</i>	-----	4/90	86/90	-----	4,4 %	95,6 %	0.643
<i>Jornal O Globo</i>	-----	2/95	93/05	-----	2,1 %	97,9 %	0.388
Significância = 0.000				Input = 0.027			

Tabela 3: Atuação da variável *veículo de informação*

À hipótese inicial de que a relativa preposicionada não faz parte da gramática nuclear dos usuários do português brasileiro, devendo ser aprendida por intervenção do letramento, une-se a conjectura de que, mais do que uma simples questão de aprendizagem formal, via escolarização, o domínio da estratégia padrão de relativização parece requerer treino constante e conhecimento linguístico relativamente aprofundado.

Com base nos resultados aqui obtidos, observa-se que os veículos de informação em que mais se manifestam as estratégias vernaculares são exatamente aqueles cujos autores detêm menor nível de informação linguística: a Revista *Matéria*, da área das Engenharias, que apresenta 0.912 de probabilidade de aplicação das relativas vernaculares, e a Revista *Superinteressante*, que apresenta 0.643 de probabilidade de realização das relativas cortadora e copiadora.

Contrariamente, a Revista *Diadorim*, da área de Letras, é a que menos favorece a variante vernacular, com 0.157 de probabilidade de aplicação das relativas cortadora e copiadora. É digno de nota, igualmente, que o *Jornal O Globo*, embora seja um veículo de ampla circulação e de fácil acesso, apresenta um elevado grau de vigília a respeito das estratégias de relativização, com 0.388 de probabilidade de realização das relativas cortadora e copiadora, o que provavelmente se deve ao fato de se dirigir mais especificamente a leitores socialmente mais abastados, que detêm maior nível de escolarização.

Preposição regida pelo Verbo

Corrêa (1998, p. 116) propõe que as preposições que acompanham relativos sejam divididas em dois grupos: (i) o das preposições fortes, que resistem ao apagamento, devido ao fato de sua supressão prejudicar o conteúdo semântico da construção; e (ii) o das preposições fracas, que são apagadas com naturalidade. A hipótese que norteou esta pesquisa foi a de que as preposições mais frequentes são mais recorrentemente suprimidas, visto que o interlocutor tem capacidade de reconhecer e recuperar a preposição que foi apagada, o que se deve ao contexto verbal e não-verbal do enunciado, à semântica que carrega consigo.

Preposição regida	Aplicação total		Porcentagem		Peso Relativo
	Cortadora	Padrão	Cortadora	Padrão	
<i>Em</i>	4/135	131/135	3 %	97 %	0.297
<i>A</i>	2/24	22/24	8,3 %	91,7 %	0.843
<i>De</i>	3/13	10/13	23,1 %	76,9 %	0.954
<i>Por</i>	1/10	9/10	10 %	90 %	0.975
Significância = 0.000			Input = 0.027		

Tabela 4: Atuação da variável *preposição regida pelo verbo*

Tais resultados não confirmam os obtidos por Corrêa (1998), Bagno (2001) e Silva (2007), em cujas pesquisas a preposição *em* foi a que mais sofrera apagamento, visto que esta foi a preposição que mais bloqueou a realização das estratégias vernaculares, com apenas 0.297 de probabilidade de uso da relativa cortadora. Aqui, contrariamente, a estratégia vernacular se mostra mais produtiva quando o verbo rege as preposições *por* (P.R.: 0.975), *de* (P.R. 0.954) e *a* (P.R.: 0.843).

A respeito da preposição *em*, Bagno (2001) constatou que, ao mesmo tempo em que *em* é o nexos prepositivo mais apagado, a forma pronominal *em + que* é a que apresenta maior ocorrência, prestando-se a fazer referências a tempo e a lugar. Corrêa (1998) justifica essa incoerência superficial argumentando que este elemento é bastante frequente em relativas com a função de adjunto adverbial, visto que “essa é a função de mais alta incidência na estratégia padrão” (Corrêa: 1988, p. 177). Nesta pesquisa, entretanto, tal argumento não se aplica, visto que o cruzamento de tabelas mostra que os quatro casos de estratégia cortadora com a preposição *em* se realizaram exatamente quando o relativo exercia função de adjunto adverbial:

(31) Se o país, agora, não se empenhar para se tornar mais competitivo, não encontrará espaço diante da avassaladora concorrência asiática, especialmente da China e da Índia, já presentes em setores *que* a indústria brasileira tem longa tradição. [O GLOBO, Editorial, nº 28558, “Turbulência na Europa ainda no horizonte”, p. 06] ~ **em que** a indústria brasileira tem longa tradição.

Como se pode perceber, portanto, o que justifica essa aparente incoerência não é simplesmente sua alta incidência em relativas que desempenhem função de adjunto adverbial, mas, sobretudo, sua alta incidência no *corpus* e no uso linguístico como um todo, o que faz com que seu apagamento não seja tão estigmatizado pelos usuários da língua. Soma-se a isso o fato de seu conteúdo semântico poder ser recuperado pelo antecedente, geralmente um vocábulo que abarca o campo semântico de tempo ou espaço no qual se realiza a ação expressa pelo verbo da construção relativa. Não é o que ocorre, por exemplo, com a preposição *para*, cuja ausência na construção a seguir parece torná-la incompreensível, já que não há sentido um amigo que empresta dinheiro ter, ele próprio, de pagar:

(32) Sem passar por isso, será mais difícil lidar com um desafeto no futuro, como um chefe, o síndico do prédio ou aquele amigo *que* empresta dinheiro e nunca paga. [SUPERINTE-RESSANTE, Ed. 294/Agosto 2011, “O problema do mundo sem bullying”, p. 74, Atualidades] ~ **para quem** se empresta dinheiro e nunca paga.

Ou, ainda, com as preposições e locuções prepositivas menos frequentes, que não chegaram a ser consideradas nesta etapa da pesquisa por terem demonstrado resultado categórico em prol da relativa preposicionada. Em orações relativas com *por meio de*, *a partir de* e *dentre*, por exemplo, a utilização da estratégia cortadora parece ser inibida, devido à alta carga semântica que tais nexos prepositivos carregam em si.

(1) O autor propõe quatro metarregras que não possuem um caráter normativo, mas sim um sistema implícito de regras de coerência *por meio do qual* produzimos, interpretamos e avaliamos os textos que circulam ao nosso redor. [DIADORIM, v. 6/2009, “Fatores de textualidade na produção textual”, p. 118]

Conclusão

No *corpus* de escrita culta padrão aqui utilizado, a hipótese de Mollica (2008), de que há “portas de acessos” de fenômenos variáveis, atestados na modalidade oral, à modalidade escrita, podem ser relacionadas aos textos das Revistas *Superinteressante* e *Matéria*, que apresentam comportamento diverso dos demais veículos utilizados: aquela, por ser de grande circulação e pretender a utilização de linguagem mais acessível ao grande público; esta, por ser de circulação restrita a uma área das ciências exatas, de modo que a consciência e o conhecimento linguísticos não são tão bem fundamentados quanto os dos redatores da *Diadorim* e de *O Globo*.

Ao contrário do que ocorrera em outros estudos, em que a relativa copiadora não se fazia presente, foi possível observar a manifestação das três estratégias de relativização. A partir de análise multivariada com base nas orientações da sociolinguística variacionista de orientação laboviana (WEINREICH; LABOV & HERZOG, 1968), observou-se que os fatores que motivam a realização das estratégias vernaculares são (i) o pronome relativo envolvido, sendo mais favorável às relativas vernaculares o pronome relativo *que*; (ii) o veículo de informação, sendo motivadores mais fortes as revistas *Matéria* e *Superinteressante*, cujos redatores não apresentam tão alto nível de conhecimento linguístico; e (iii) a preposição regida pelo verbo, sendo as preposições *a*, *de* e *por* mais propensas à supressão.

É importante sublinhar que, mesmo que se considere a variação entre as estratégias vernaculares e a estratégia padrão, sobretudo em virtude dos dados oferecidos pelas Revistas *Matéria* e *Superinteressante*, o processo de relativização figura, nos termos de Labov (2008), entre as regras semicategóricas, apresentando 96,6% de aplicação da estratégia padrão. Isso indica (i) que há um alto prestígio da estratégia padrão na norma culta escrita, configurando uma espécie de estereótipo positivo; e (ii) que há uma gramática da escrita culta absolutamente distinta em relação à fala, em que são as variantes vernaculares que figuram como semicategóricas. Portanto, conforme aponta Kato (2005), há fatores gramaticais que são aprendidos via aquisição da linguagem, com a consequente fixação de parâmetros da língua a que o indivíduo está exposto, constituindo a sua gramática nuclear, e fatores outros que são aprendidos via escolarização formal, constituindo uma gramática periférica elaborada pela exposição a textos de variados tipos.

No entanto, com base na realidade linguística aqui exposta, ao contrário do que se poderia imaginar se tomada como fundamento apenas a orientação das gramáticas normativas, tem-se uma pluralidade de normas, dispostas em um *continuum* que vai da mais culta a mais popular, passando por normas intermediárias, que apresentam traços de cada um dos pontos extremos. Pôde-se observar, portanto, que a norma escrita não apresenta um modelo único e intransponível, seguido indistinta-

mente por todos os usuários da língua portuguesa. Pelo contrário, a norma dita padrão é tão variável quanto a norma dita popular, feitas as devidas ressalvas.

A escrita culta padrão apresenta regras que a organizam, mas essas regras não são aplicadas de igual forma pelos mais diversos redatores, porque (i) o grau de exposição a elas pode variar, como ocorre entre um autor de artigos da revista voltada para a área de Engenharias e outro, da revista da área de Letras; e (ii) a avaliação de uma variante pode variar, de modo que o aluno de Letras pode achar adequado utilizar a estratégia padrão com *cujo* em seus textos, mas um aluno da Engenharia pode achar rebuscado e mesmo incompreensível. Em virtude de todo o exposto, considerando-se que há um *continuum* de atendimento ao que se convencionou chamar norma padrão, fazem-se necessários mais estudos como o aqui proposto, tendo em vista uma descrição mais apurada da escrita culta brasileira.

Artigo recebido: 30/09/2014

Artigo aceito: 10/12/2014

Referências bibliográficas

ARIM, Eva; RAMILO, Maria Celeste & FREITAS, Tiago. Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses. In: *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2004.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *Português ou Brasileiro? um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

ECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CORRÊA, Vilma Reche. *Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. 1998. 163 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

_____. Variação sintática em Portugal e no Brasil: da fala para a escrita. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 199-206, 1993.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

KATO, Mary Aizawa. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, Maria Aldina; KOLLER, Erwin; TEIXEIRA, José de Souza & LEMOS, Aida Sampaio (Org.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005, p. 131-145.

_____. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary Aizawa. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 223-258, 1993.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre & Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LONGO, Beatriz Nunes de Oliveira; SOUZA, Luciana Roberta F. de; MICHELIN, Rosane Conceição. A relativização no português culto. *Alfa*, v. 38, p. 165-80, 1994.

LOPES, Célia Regina dos Santos; SILVA, Bianca Graziela Gomes Silva. O papel da frequência na gramaticalização do “que”: análise das estratégias de relativização no português do Brasil. *Veredas* (UFJF), v. 1, p. 80-100, 2007.

MOLLICA, Maria Cecília. Aportes para uma mudança teórica na escrita. In: VOTRE, Sebastião & RONCARATI, Claudia. (org.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 242-53.

OLIVEIRA, Marilza de. Estratégias de relativização e tipologia anafórica: um caso de aprendizagem formal. ROBERTS, Ian & KATO, Mary Aizawa. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 687-699, 1993.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SILVA, Rejane Matias Gomes da. *A gramática invisível: o caso das orações relativas*. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília P. de & KOCH, Ingedore Villaça. As transformações em frases complexas. In: _____. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 1986. p. 93-139.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.